

Memória: as experiências de filosofia no segundo grau

Maria Helena Barcellos Café*

Resumo

Este texto é o registro de um relato oral realizado num Encontro de professores, reunindo representações de educação do estado de Goiás, incluindo suas universidades, sobre a experiência de inclusão da disciplina Filosofia no ensino médio, em 1992. O registro está mantido integralmente para preservar sua relevância histórica como primeira experiência realizada no decorrer de dez anos antes do referido encontro.

Palavras-chave: ensino de filosofia, ensino médio, currículo.

Memory: the experiences of philosophy in high school

Abstract

This text is a record of an oral presentation during a teachers' meeting, in 1992, which brought together education representatives of Goiás, including university personnel, to discuss the experience of including the subject Philosophy in second level education. The record is maintained in its entirety in order to preserve its historical significance as the first experiment carried out during the 10 years prior to the said meeting.

Keywords: teaching philosophy, second level education, curriculum.

Relatar uma experiência é minha tarefa. Difícil, porque em qualquer comunicação o silêncio também fala. Como diz Kieerkegaard, “Na verdade não dizemos o que dizemos... Todo discurso (e aqui, todo relato) é dito de

* Bacharel e licenciada em filosofia, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria, Belo Horizonte, MG; mestra em educação brasileira pela Universidade de Brasília (UnB); professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás); ex-membro do Conselho Estadual de Educação.

uma determinada forma. Ele é regido por um como – como que não é dito, que está nas entrelinhas, no *pathos* [...]”.

Este relato não foi diferente. O cuidado em ser objetiva, por meio dos fatos cuidadosamente enumerados e datados, deixa entrever meu *pathos*, minha luta por uma nova escola brasileira; dimensão de uma nova sociedade.

Falo de uma situação e de uma experiência, não de uma teoria. Falo como educadora, que sou, e não como cientista ou como filósofa, que não sou. Dirijo-me às pessoas e não às instituições. Gostaria que meu relato não fosse compreendido só pelo que e pelo como está escrito, mas, nas entrelinhas, por tudo aquilo que tento ser e por aquilo para o qual lutamos muitos educadores brasileiros.

Enumero fatos que não são isolados e que ocorreram dentro de um sistema contraditório, que tem seu aparecer e já foram submetidos a uma reflexão, que também foi capaz de gerar ações que se tornaram outros fatos. Enumerá-los para mim significa uma tentativa de compreendê-los melhor, porque inseridos no dinamismo de uma sociedade. Entretanto, sei que minha reflexão e ações são um primeiro passo, são aquilo que posso fazer hoje, constituindo apenas uma busca de compreensão e ação na realidade educativa.

1. Março de 1980. Regresso do mestrado, no qual propus superar a tese de *A Reprodução de Pierre Bourdieu e J. C. Passeron*, objeto da minha dissertação. O caminho escolhido para pôr em prática minha conclusão foi ser supervisora numa escola de 1º e 2º graus: o Colégio de Aplicação (CA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Quis questionar as habilitações do curso de pedagogia na vivência das contradições e da ideologia para descobrir não só a explicação teórica dessas funções técnicas que reproduzem a divisão do trabalho, separando os que pensam dos que fazem, mas descobrir também caminhos de luta e de superação, do conflito.
2. Agosto de 1982. Acumulei no CA o trabalho de supervisora com o de professor de filosofia, ao substituir uma professora de educação artística. Esse foi um primeiro caminho descoberto: o supervisor

(o mesmo se pode dizer do orientador e do administrador) que fosse também professor poderia agir de modo a devolver ao professor a totalidade do seu fazer. Essa situação conduziu ao terceiro fato.

3. Curso de Introdução à Filosofia para o 1º ano do 2º grau. Duração: dois meses, dezesseis aulas, oito encontros de 1h40min, dezessete alunos. A programação respondeu a dois problemas: o nome da disciplina, educação artística, exigiu uma questão ligada a arte; o curto período previsto para o curso impôs limitações à definição de objetivos e conteúdos.

Programa

Objetivos:

1. Descobrir a possibilidade de questionar a circunstância que envolve o homem.
2. Dialogar com a obra de arte.

Conteúdo: Unidade única: diálogo com a obra de arte.

- a. Cultura como transformação simultânea do homem e do mundo.
- b. Arte como fazer do homem no mundo.
- c. Filosofar como ato concreto de um sujeito concreto, uma situação concreta.

Textos utilizados:

1. Jaspers – Situações – limite Introdução à Filosofia.
2. José Paulo Moreira da Fonseca – O artista, a circunstância, a obra de arte, o espectador.

Além desses dois textos, foram veiculadas as ideias de Ortega & Gasset – “eu sou eu mais a minha circunstância” – e a vivência de Bergson, na obra de Laterza e Rios.

Descrição da experiência: comecei por explorar um texto sobre a vivência comum das pessoas que estão no mundo, mundo que nos *aparece* com suas facilidades e dificuldades. As interrogações foram surgindo, e, após

o estudo texto de Jaspers, os alunos descobriram que o filosofar é um ato natural de uma pessoa que pensa e que sente, e perceberam a diferença entre filosofia e filosofar. A partir daí, no terceiro encontro, diante de duas obras de arte, uma moderna (Magritte) e outra gótica (vital), e das questões *O que você sente?, O que sentia o autor?*, os alunos chegaram a uma conclusão surpreendente: gostaram do gótico, mas entendiam mais o moderno *porque* viviam no mesmo tempo histórico do autor. Essa conclusão, na terceira aula, fez-me sonhar. Prosseguimos, então, por questionar os quatro momentos da relação estética a partir do texto “O Artista, a Circunstância, a Obra de arte, o espectador”. Finalmente utilizei o texto de Mounier¹ para ligar a filosofia e o diálogo com a obra de arte. Como resultado final, os alunos descobriram que sabiam ver mais, que era possível dialogar com a obra de arte e identificaram a mesma circunstância – *seca* – no quadro *O Enterro*, de Portinari, e no livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Os objetivos propostos para o curso foram alcançados, mas os alunos foram além: manifestaram, por meio de um pedido, o desejo de estudar e filosofar sobre outros assuntos: *política, eles mesmos, trabalho e como agir* foram os exemplos dados por eles.

Esse curso influenciou diretamente minha posição diante da questão da filosofia no segundo grau. Trouxe uma utopia e uma esperança em relação aos alunos e a possibilidade de um técnico (supervisor) trabalhar junto com os professores para uma nova escola.

4. 18 de outubro de 1982. Promulgação da Lei nº 7.044, que altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referente à profissionalização no ensino do 2º grau. Os artigos 4º e 5º da referida lei deixam a critério do estabelecimento de ensino a constituição do currículo pleno, para atender, pela parte diversificada, os planos da escola e dos alunos. O advento dessa lei possibilitou ao CA elaborar e executar um projeto experimental, com duração prevista para seis anos, a partir de 1983, de um novo curso de segundo grau.

1 “Senhorinha” – presente no livro de Laterza (1971).

5. De 22 de outubro a 24 de outubro de 1982. IIº Encontro Nacional de Chefes de Departamentos e Cursos de Pós-Graduação de Filosofia em Goiânia. Esse encontro, além de tratar de assuntos relativos a graduação e pós-graduação, desenvolveu-se objetivando enviar ao Conselho Federal de Educação (CFE) um documento reivindicando a inclusão de filosofia no núcleo comum e obrigatório do segundo grau. Essa posição contrariava a luta de professores que, reunidos na 1ª Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada em São Paulo em março de 1980, manifestaram-se a favor de maior autonomia na estruturação dos currículos escolares. O que há de comum é a convicção de introduzir filosofia no ensino de segundo grau. Introduzi-la por obrigatoriedade ditada pelo CFE, no entanto, é diferente da conquista de seu lugar pelos professores, numa luta por uma reforma de currículo.

6. Dezembro de 1982. Estudo conjunto do CA da UFG e do Colégio Rudá, da rede particular, objetivando a implantação de um novo curso de segundo grau, cujo planejamento e organização fossem uma pesquisa em ação. O projeto inicial proposto foi de um segundo grau composto das disciplinas obrigatórias do núcleo comum e de uma parte diversificada, na qual outras disciplinas seriam integradas ao núcleo comum para uma preparação para o trabalho. Essas disciplinas e a orientação para o trabalho seriam criadas no decorrer da experiência.

O ano de 1983 iniciou-se com a disciplina Introdução à Filosofia para os alunos e com a obrigatoriedade de os professores elaborarem projeto experimental para o segundo grau em que pais, alunos e professores fossem envolvidos.

A questão que emergiu desse trabalho conjunto, configurando o problema do projeto, foi “como cumprir o preceito legal de orientação para o trabalho, diante das aspirações de ‘vestibular’ de grande parcela da sociedade, dos pais, dos alunos e professores?”

O problema não é tão simples quanto sua formulação parece indicar. Ele revela uma situação da sociedade e da escola brasileira gerada pela história do Brasil em sua trajetória de país situado na zona de influência de desenvolvimento capitalista internacional.

Considerando-se que a realidade não se configura por fatos e dados, nem pelo discurso que a representa, mas pela própria sociedade, no caso, uma escola ou um curso se institui, aparece, apresenta-se, e oculta-se e se supera, ao se propor a um experimento de uma metodologia que se fizesse à realidade do real em sua dinâmica. O método adotado na experiência foi o do comprometimento dos envolvidos. Comprometimento que supõe, em cada situação, a invenção da prática enquanto se teoriza o que se faz.

O objetivo foi criar um novo segundo grau, em que a orientação para o trabalho prevista em lei e o curso como um todo resultassem numa preparação para a vida, no desenvolvimento da autonomia do sujeito e em sua inserção crítica na sociedade. O que, por acréscimo, ou como consequência, pudesse assegurar também uma preparação para o vestibular, ou quaisquer concursos iniciais de carreira do nível médio.

Foi nesse contexto e visando a esses propósitos que também foi delineado o programa de Introdução à Filosofia.

7. Curso de Introdução à Filosofia: primeira série do segundo grau, duas aulas semanais de cinquenta minutos, com 35 alunos (duas turmas) no CA da UFG. Três aulas semanais de quarenta minutos, com 22 alunos (uma turma) no colégio Rudá da rede particular.

Programa

Objetivos:

1. Compreender a historicidade do pensamento.
2. Desenvolver o raciocínio lógico crítico.
3. Relacionar conteúdos das diferentes disciplinas, realizando transferência de aprendizagem.
4. Situar-se (o aluno) no mundo, hoje, como sujeito histórico.

Conteúdos:

1. Filosofia e ato de filosofar.
 - a. Cultura como fazer do homem no mundo.
 - b. Filosofar: ato concreto, de sujeito concreto, numa situação concreta.

2. **Pensamento mágico.**
 - a. Formas primitivas de pensamento, comunicação e linguagem.
 - b. O mito – ontem e hoje.

3. **Pensamento formal.**
 - a. Linguagem – contexto grego.
 - b. Simples apreensão – juízo, raciocínio.
 - c. O argumento dedutivo.
 - d. Utilização na filosofia e na ciência.

4. **Pensamento científico.**
 - a. Contexto histórico.
 - b. O argumento indutivo.
 - c. Método experimental.
 - d. Método científico, hoje.
 - e. Ciências humanas.

Textos utilizados:

Na falta de bibliografia adequada ao segundo grau, foram escolhidos textos de filósofos diversos, tendo-se como critério não ultrapassar as páginas datilografadas e outros textos redigidos e/ou resumidos pelos professores da disciplina. Pela ordem de utilização, serão abaixo relacionados os textos, indicando os assuntos e autores:

- Cultura (dois textos): a) BRANDÁO; b) SICHES;
- Filosofar (quatro textos): a) FREIRE; b) JASPERS; c) MOUNIER; d) VANCOURT.
- Pensamento mágico (um texto): HUISMAN; VERGEZ
- Pensamento e linguagem – contexto grego (dois textos): a) JAEGER; b) VERNANT.

- Pensamento formal (um texto): MARITAIN (resumido por CAFÉ) e nove folhas de exercícios elaborados por CAFÉ (mimeo).
- Evolução do pensamento (seis textos): CAFÉ; ELIEZER; (mimeo).
- Indução; método científico; ciências humanas (três textos): CAFÉ (mimeo).

Descrição:

O curso se desenvolveu de modo semelhante nos dois colégios. A ideia central de que as circunstâncias históricas determinam mudanças no modo de pensar do homem foi objeto de reflexão constante através dos momentos: pensamento mágico, racional, experimental e contemporâneo. O curso se desenvolveu relacionando-se com as demais disciplinas: Português, nos problemas de cultura, linguagem e estrutura dos períodos; História, nos problemas da mágica na pré-história e do pensamento racional na Grécia; com as ciências exatas, no estudo dos argumentos dedutivo e indutivo, cujos exemplos e exercícios foram retirados do conteúdo da Física, Química e Biologia. O pensamento experimental foi focalizado com o nascimento da física moderna. O problema da ciência e de seu método foi focalizado a partir do senso comum. A programação está sendo cumprida, faltando o argumento “Modus Tollens” e a problemática das ciências humanas, que serão ministrados no momento histórico do século XX.

O desenvolvimento do programa no CA foi mais integrado às outras disciplinas que no colégio Rudá², porque os professores do CA, estavam envolvidos na realização de um projeto, aprovado pelo Conselho de Educação e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CDEP/UFG) e coordenado pelo professor de Introdução à Filosofia. No Colégio Rudá, o professor, aluno do oitavo período do curso de filosofia, tinha menos contato com os demais professores.

2 Centro Cenequista de Educação – esse colégio foi construído por uma cooperativa de pais e professores insatisfeitos com as escolas da época.

8. Parecer do CFE, louvando o pedido de filosofia no segundo grau, mas argumentando a necessidade de se preparar sua obrigatoriedade por meio de experiências realizadas e de preparação de professores. A preparação dos temas do IIIº Encontro Nacional de Professores de Filosofia previu, então, o relato destas experiências. A necessidade de relatar a filosofia no segundo grau gerou o questionamento que se segue.
9. Quatro colégios em Goiânia têm em sua grade curricular a disciplina “Introdução à Filosofia”: Liceu de Goiânia, Colégio Universitário, Colégio de Aplicação da UFG e Colégio Rudá. Os dois primeiros dão um programa de psicologia e, ao serem convidados a relatar a sua experiência, responderam que a disciplina não tem nem mesmo o nome de Introdução à Filosofia. As experiências dos colégios de Aplicação e Rudá foram semelhantes. Julguei importante, a seguir, relatar o questionamento pessoal do professor do colégio Rudá e o meu como professora do Colégio de Aplicação:

a. Eliezer Sturm – Colégio Rudá

Filosofia, experiência no 2º grau

A curiosidade intelectual, a vivacidade dos espíritos da juventude de dez anos atrás não persistem na de hoje. Parece que esmoreceu. Toda a verborragia de explicações conjunturais e políticas já foi por demais vomitada: a consolidação da TV nos costumes da família brasileira, a repressão política e cultural, o consumismo do “milagre” econômico, etc., iriam ao fundo da questão tais explicações? Contribuíram para a solução do relacionamento professor x aluno?

Outra vertente dessa questão é a das pedagogias alternativas, quase sempre superficiais, raramente questionam seus princípios, que se tornam distantes e vagos diante do cotidiano de uma sala de aula.

Esperar, no contexto de uma crise econômica, que chegou, hoje, às fronteiras de uma crise de confiança na capacidade dessa sociedade de construir suas próprias saídas desse labirinto, numa escola de classe média

cujo consumismo foi seriamente abalado, na qual ela luta para manter suas condições de vida, suas esperanças de ascensão e participação/decisão nos rumos de sua vida; esperar, enfim, que em meio à insegurança generalizada se possa filosofar é o objetivo dessa experiência.

As estruturas mentais comportamentais da escola são extremamente conservadoras. Observamos também uma espécie de esquizofrenia: um discurso democratizante, aberto, crítico, mas, por outro lado, a prática da mesmice, da apatia, do comodismo. Na verdade, sem aportes financeiros para a escola, essa “esquizofrenia” dificilmente poderá mudar. Não bastam declarações de intenção, por melhores que sejam; são fundamentais, básicas, condições materiais e econômicas para o desenvolvimento de uma educação alternativa. A filosofia entra aí, na tarefa de contribuir para a elaboração dessa alternativa, pensada e repensada, coletiva e constantemente.

Será possível filosofar no segundo grau?

Com jovens em plena adolescência, toda sorte de dúvidas germina e cresce. No terreno da dúvida, nasce uma planta rara chamada filosofia, que se talvez pudesse ser definida seria a arte da dúvida elucidadora.

É buscando a essas pessoas que mal conseguem expor com clareza suas inquietações, como estão imersas em um rio de cultura, que as leva, alimenta, embala e incomoda. E mais, como elas e apenas elas mesmas, podem se colocar questões. Enfim, procurando inculcar-lhes uma ambição de autoconhecimento, uma insatisfação com a mediocridade consumista, que talvez possamos criar um espaço para a filosofia. Ou, talvez, reconhecer seu lugar.

Estimular a capacidade de encontrar e identificar seus próprios problemas é a tarefa. Saber enunciar suas dúvidas é o primeiro ataque contra a apatia e alienação massivas da juventude. Mas, teria sido diferente em outras épocas?

Ao tentar inserir o jovem no debate cultural, ao apontar variadas opções, surge a questão: sabemos estudar? Saberemos algum dia?

É então que deveria entrar a lógica, como uma atividade que exemplifica formas de se articular um pensamento corretamente.

Fala-se muito em crise, e todo mal-estar é explicado por ela. Mas os jovens, embora não se sintam responsáveis por essa situação de fato, querem

saber que crise é essa, de que tanto se fala. Será da ciência? Será econômica? Política? Será das bases históricas desta civilização?

Sob uma nova forma, retomamos a questão: como estudamos, como produzimos conhecimentos, ciência? O ato de estudar e refletir do qual os estudantes são iniciantes coloca sempre essa questão, à qual a filosofia oferece contribuição específica, também no segundo grau.

Entretanto, é preciso lembrar que essa experiência não pode ainda ser muito analisada, em razão de alguns fatores: a continuidade dessa experiência realizar-se-á no próximo ano, no 2º colegial; talvez tal experiência só produza resultados palpáveis na universidade; e até mesmo as correções necessárias só poderão ser feitas no próximo período.

Algumas dificuldades devem ser lembradas: a carência de uma bibliografia apropriada e a obsessão pelo vestibular que não exige a disciplina em suas provas.

**b. Maria Helena Barcellos Café – Colégio de Aplicação,
Universidade Federal de Goiás**

Filosofia no 2º grau – Questionamento

As experiências com Introdução à Filosofia nos anos de 1982 e 1983 apresentam diferenças entre si que, que relacionadas com minha experiência de professora de segundo grau de 1964 a 1968, evidenciam profundas mudanças da escola e dos alunos.

Enquanto em 1982 a resposta dos alunos me fez sonhar, o curso de 1983 me colocou com os pés na realidade.

A compreensão e o rendimento dos alunos de 1983 foram além do que normalmente se obtém nos cursos básicos de graduação, apesar da falta de interesse pela disciplina ter sido uma constante desde o início do curso.

Houve, de início, como manifestação de repúdio à disciplina, o teste de minha pessoa, tanto no aspecto de capacidade de impor disciplina, quanto na minha competência em relação ao conteúdo.

Alguns alunos se interessaram pelos temas, mas manifestaram a vontade de discuti-los se não tivessem a obrigatoriedade de estudar e de obter notas.

A relação que estabeleceram com a disciplina foi, *a priori*, a mesma que sempre estabeleceram com as disciplinas profissionalizantes: algo

interessante ou “chato”, mas pelo qual não se deve, ou não se pode dedicar, porque não “vale” para o vestibular, coisa única à frente. Mesmo quando sentiram ou compreenderam algum conhecimento prático (consertar eletrodoméstico, por exemplo) ou alguma reflexão (relação mágica com a loteria esportiva, por exemplo) como válidos para sua vida, não se entregaram o seu aprofundamento, porque a vida está *adiada* para depois do vestibular. O vestibular é o centro em torno do qual giram as ações, constituindo-se, assim, em único polo de interesse. Interesse não propriamente positivo, mas negativo: passar, o que não significa necessariamente aprender.

Comprovando, cito textualmente opiniões de alguns alunos apresentadas como respostas a questões constantes de provas, único meio de obtê-las.

Aluna 1. O grande problema é que Introdução à Filosofia “como qualquer outra ciência me joga conhecimentos que eu somente assimilo: eu não tenho espaço para o questionamento. A solução talvez fosse o meu maior envolvimento com a matéria, mas a realidade das ciências do vestibular não incentiva outras buscas”.

Oitenta por cento dos alunos responderam de forma semelhante à da aluna acima. Outras respostas focalizaram aspectos diferentes:

Aluna 2 – “O problema maior que [Introdução à Filosofia] me trouxe foi perceber a posição em que a turma, não querendo me excluir, se encontra no atual momento: o individualismo que impossibilita qualquer trabalho do grupo; a falta de interesse nossa por qualquer matéria”.

Aluna 3 – Introdução à Filosofia “me trouxe [...] o problemão de que é preciso pensar sobre o que se faz, ver sentido, dar sentido [...] procurar se apegar mais no que se faz, encontrando o sentido real do que se está fazendo”.

Outro aluno questiona se a filosofia não seria uma solução para não se estudar só para o vestibular.

Outro aluno colocou o problema de Introdução à Filosofia como imposição autoritária: “Particularmente a Introdução à Filosofia não me trouxe nenhum [problema] [...] eu quase não me preocupo com ela, me ligo muito mais à Matemática, à Física, pois são matérias (que como I. F. dão bombas). Aí eu penso, realmente é um problema. Se I. F. também é uma matéria, porque não estudo? Imposição, transmissão de medo, seriam

as respostas que me levariam a ligar mais para I. F.? Não sei, talvez aí eu estudasse sem realmente ter um pingo de gosto, estudaria como estudo Matemática, Física. Outra coisa que não consigo entender: História, Português [...] dão bomba, e eu estudo, estudo por gostar e os professores [...] não são autoritários. Aí volta a pergunta: realmente a imposição e o autoritarismo me ajudariam a estudar (gostando, assim como gosto de Português) Introdução à Filosofia?” (*sic*).

As citações dos alunos evidenciam que a questão não está na disciplina Introdução à Filosofia, mas na situação problemática da escola, na dimensão da sociedade brasileira que vive um questionamento ao autoritarismo, ao mesmo tempo que uma submissão a este.

Os alunos de quinze anos atrás se interessavam pelas questões da escola, da política e de si mesmos. Hoje, depois das reformas do ensino médio e superior, a acomodação é cada vez maior, apesar da aparência de um discurso e de uma ação dos alunos ligados à política estudantil, frontalmente opostos à autoridade.

O êxito de meu fragmento de curso em 1982 não invalida a afirmação acima: os alunos se interessaram e obtiveram um rendimento superior por terem considerado a disciplina uma “tábua de salvação”, enquanto substitutiva de uma aula obrigatória “de lazer”, considerada “chata”, porque pouco tinham de estudar fora das aulas. O rendimento obtido em 1983 só foi possível quando compreendi que o estudo dos alunos deveria ser feito somente em classe.

A importância da filosofia no segundo grau, para mim, consiste na possibilidade de oferecer aos alunos momentos de reflexão e questionamento, proporcionando ao mesmo tempo a possibilidade de uma certa organização interna; no entanto, haveria outras formas a serem criadas na escola, para que a juventude aprendesse a questionar? Se essa habilidade for objeto apenas de uma disciplina, não se correria o risco de transformar o questionamento em mais um conteúdo a ser assimilado pelo aluno?

Sei muito bem o que não seria bom como programa de uma Introdução à Filosofia: informações inócuas para serem devolvidas numa prova e, mais tarde, cobradas no vestibular. Sinto também que a obrigatoriedade imposta pelo Conselho Federal de Educação poderia ratificar a problemática do autoritarismo na escola. Considero válida a introdução da filosofia no

segundo grau para devolver ao aluno a possibilidade de produção de seu conhecimento para si mesmo e para sua sociedade, e não apenas para um vestibular.

A questão para mim, no entanto, coloca-se de forma diferente. O problema da escola brasileira não está na introdução ou na retirada de disciplinas. Não está no currículo. Está na sociedade da qual a escola é uma dimensão.

A disciplina Introdução à Filosofia poderá, como outra qualquer, agir como elemento de transformação da escola se, e somente se, os professores dessa disciplina tiverem uma visão geral da problemática educativa. E assim chegamos à questão que para mim é prioritária: a reforma de todos os cursos de licenciatura no sentido de que conteúdo e metodologia não possam ser apartados, como o são, até mesmo, no espaço físico de departamentos de conteúdo e departamentos de complementação pedagógica: são separados e mal se comunicam.

Considerações finais, atualizadas em março de 2013

As experiências continuaram comigo até 1992, como professora de estágio em filosofia, no Colégio de Aplicação, hoje Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE/UFG).

Na sequência e, correspondendo ao diálogo com os alunos, o programa foi se modificando: um bimestre para a lógica e os outros três bimestres de um tema à escolha dos alunos, sendo eles: liberdade, valor, ética, poder, política, ciência, etc., estudados dentro da filosofia em sua evolução histórica.

Depois de tanto tempo, os dois últimos parágrafos do texto da experiência relatada se tornaram mais válidos com o acréscimo de mais evidências: filosofia no ensino médio com uma aula por semana é *incapaz de atingir seus objetivos*, assim como também outras disciplinas introduzidas por lei o são, quando se limitam a uma aula semanal.

No entanto, a importância do ensino de filosofia no ensino médio pode ser comprovada pela fala de alguns alunos: “A lógica me ajuda até hoje”. “A filosofia me ensinou a pensar”, ao me encontrarem após trinta anos, numa festa do Colégio de Aplicação que reúne seus ex-alunos.

Hoje concluo que a filosofia deve permanecer no ensino médio sob duas condições básicas:

1. no mínimo, duas aulas por semana;
2. a escolha dos temas deve ser feita pelos alunos.

O professor deve, ainda, usar textos trazidos pelos alunos (internet, jornal, etc.), acrescentando textos de filósofos diferentes, que abordem o mesmo assunto. A bibliografia hoje é mais extensa, permitindo escolhas mais atualizadas.

Seria utópico um professor realizar isso?

Referências

FONSECA, J. P. *Exposição de artes*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

JASPERS, K. *Introduction a la philosophie*. Paris: Union General, 1972.

LATERZA, T. R. *Filosofia da educação: fundamentos*. São Paulo: Herder, 1971. v. 1.

MARITAIN, J. *Introdução à filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1960. v. 1.

_____. *Introdução à filosofia: lógica menor*. Rio de Janeiro: Agir, 1960. v. 2.

.....
Recebido em: 15 mar. 2013

Aceito em: 20 abr. 2013